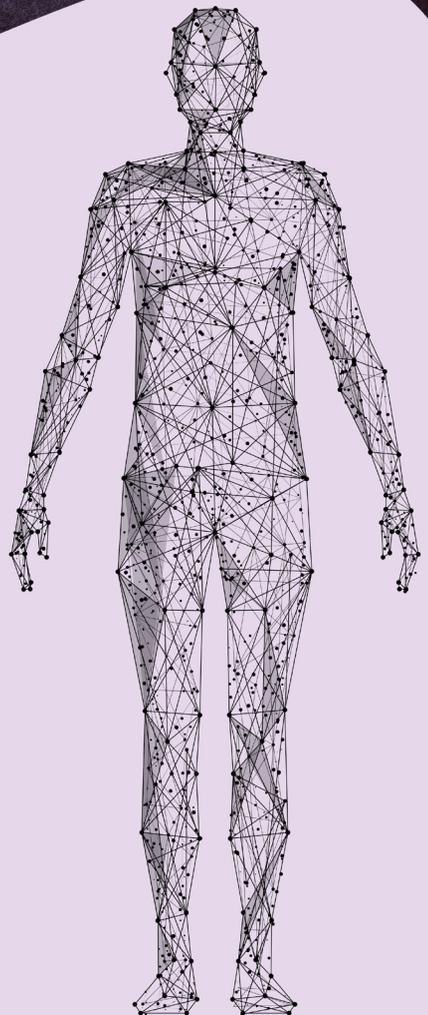


AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 2

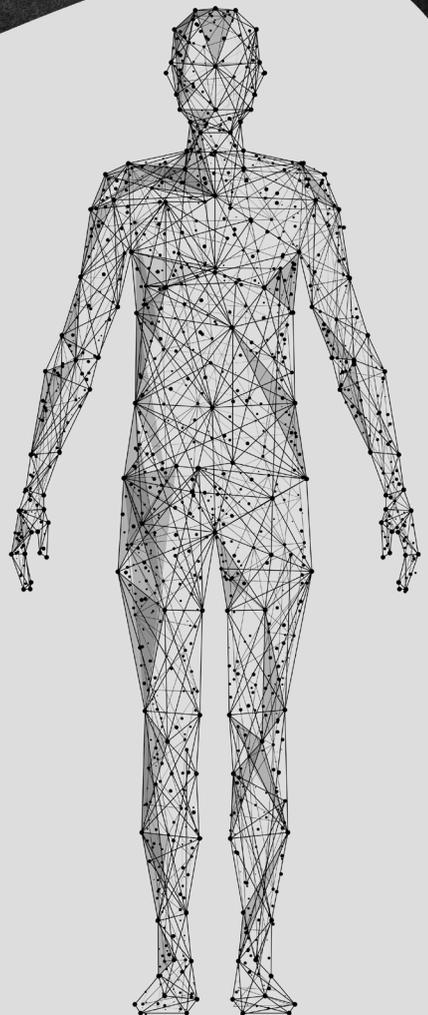
GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 2

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas como protagonistas no mundo atual 2
/ Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-056-5

DOI 10.22533/at.ed.565211105

1. Ciências humanas. I. Ferreira, Gustavo Henrique
Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “As Ciências Humanas como Protagonistas no Mundo Atual 2” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação de professores entre outras pesquisas que fomentem o desenvolvimento do país. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater o papel das Ciências Humanas e seu protagonismo no mundo atual a partir de uma visão crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes à formação de professores indígenas, metodologias do Ensino de Sociologia, breve panorama sobre o Ensino de Espanhol e as práticas interculturais, a literatura africana e as diferenças culturais, saúde e psicologia no planejamento educacional, ciências da religião e suas múltiplas abordagens e sindicalismo. Temos importantes e profícuas leituras que apresentam e articulam cada uma ao seu modo uma reflexão enfatizando as ciências humanas e seus desdobramentos na contemporaneidade.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Editora Atena propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão das ciências humanas para compreensão e transformação do mundo atual, e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES INDÍGENAS KRIKATI

Ilma Maria de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.5652111051

CAPÍTULO 2..... 14

REFLEXÕES EM TORNO DAS METODOLOGIAS DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO RURAL: A ETNOGRAFIA E ANTROPOLOGIA VISUAL NA EEM RAIMUNDO ADJACIR CIDRÃO DE OLIVEIRA

Heldo da Silva Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.5652111052

CAPÍTULO 3..... 27

LA ENSEÑANZA DEL IDIOMA ESPAÑOL, EN EL CONTEXTO FRONTERIZO, POR MEDIO DE LA UTILIZACIÓN DE UN OBJETO DE APRENDIZAJE

Vivian Cross Turnes

Márcia Garcez de Ávila

Juliana Brandão Machado

DOI 10.22533/at.ed.5652111053

CAPÍTULO 4..... 37

PRÁTICA REFLEXIVA: UMA AÇÃO TRANSFORMADORA DE CONHECIMENTOS SOBRE A INTERCULTURALIDADE DA LÍNGUA ESPANHOLA DOS PAISES HISPÂNICOS

Adailza Aparício de Miranda

Adalberto Gomes de Miranda

Adailson Aparício de Miranda

DOI 10.22533/at.ed.5652111054

CAPÍTULO 5..... 48

REPRESENTATIVIDADE AFRICANA NA LITERATURA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Débora Monteiro da Silva

Luzia Helena Brandt Martins

Mariana Gonçalves Paz

DOI 10.22533/at.ed.5652111055

CAPÍTULO 6..... 60

DIFERENÇA CULTURAL COMO PAPEL INFLUENCIADOR NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO SINO-ALEMÃO À LUZ DA TEORIA EDWARD T. HALL

Victoria Zago Mendes

Andreia Coutinho e Silva

DOI 10.22533/at.ed.5652111056

CAPÍTULO 7	75
MULHERES NEGRAS E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO CAPILAR Andresa Fernanda Almeida de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.5652111057	
CAPÍTULO 8	80
COMPETÊNCIAS COMO MÉRITO INDIVIDUAL NA ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL – UMA VISÃO NO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM Cinthia da Rocha Azevedo Irlaine Aparecida Favoretto DOI 10.22533/at.ed.5652111058	
CAPÍTULO 9	88
ACOMPANHAMENTO LONGITUDINAL DE CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS E PSICOLÓGICAS DE ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA FMRP-USP NA PRODUÇÃO DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL Maria Paula Panúncio-Pinto Karolina Murakami Marcia Baumann Di Stasio Luiz Ernesto de Almeida Troncon Victor Evangelista de Faria Ferraz DOI 10.22533/at.ed.5652111059	
CAPÍTULO 10	102
A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIA DE ESPIRITUALIDADE NA MODERNIDADE Dênis Nunes de Araújo DOI 10.22533/at.ed.56521110510	
CAPÍTULO 11	115
DIREITO RELIGIOSO: ANÁLISE DA ABORDAGEM RELIGIOSA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A CORRELAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA COM OS DEMAIS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS Beatriz Cunha Duarte DOI 10.22533/at.ed.56521110511	
CAPÍTULO 12	126
AS PERFORMANCES DO CARIMBÓ: CULTURA POPULAR PARAENSE E RELIGIOSIDADE Elyane Lobão da Costa DOI 10.22533/at.ed.56521110512	
CAPÍTULO 13	139
PROFETA-SERVO/PROFETA-ESCRAVO: LIBERTAÇÃO/SALVAÇÃO DO POVO DE DEUS POR MEIO DA JUSTIÇA, DA SOLIDARIEDADE E DA MÍSTICA Karine Marques Rodrigues Teixeira Rosemary Francisca Neves Silva DOI 10.22533/at.ed.56521110513	

CAPÍTULO 14.....	147
O PAROXISMO DOS EXTREMOS: A ASCENSÃO DO EXTREMISMO POLÍTICO E DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA SOCIEDADE INTERNACIONAL E OS RISCOS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
<i>Alexandre Nogueira Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.56521110514	
CAPÍTULO 15.....	160
O PAPEL DO SINDICATO NAS RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS: O CASO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA	
<i>Jenifer de Brum Palmeiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.56521110515	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	171
ÍNDICE REMISSIVO.....	172

O PAPEL DO SINDICATO NAS RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS: O CASO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Jenifer de Brum Palmeiras

Doutoranda em História do PPGH/UPF

Bolsista Proscap Capes

Passo Fundo/RS

<http://lattes.cnpq.br/7541862941223655>

<https://orcid.org/0000-0002-2388-8255>

Este trabalho constitui uma versão parcial do capítulo II da tese de doutorado que versa sobre a influência dos sindicatos no ambiente laboral da Brahma em Passo Fundo/RS e seu impacto econômico e político durante seu fechamento (1947-1997).

RESUMO: Pretende-se analisar o papel dos sindicatos no ambiente laboral da Cervejaria Brahma em Passo Fundo/RS nos anos de 1989 à 1994, a partir de 58 processos trabalhistas do Tribunal de Justiça do Trabalho, da 4ª Região, 1ª e 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, Passo Fundo/RS, entre esses destaca-se uma ação coletiva onde o sindicato representou 300 funcionários da empresa. O texto tem como objetivo levantar o questionamento sobre a contribuição dos sindicatos para a melhoria das condições de trabalho dos reclamantes, visto que a empresa foi fechada em 1997.

PALAVRAS - CHAVE: Sindicato. História política. Cervejaria Brahma.

ABSTRACT: It is intended to analyze the role of unions in the working environment of Cervejaria Brahma in Passo Fundo / RS in the years 1989 to 1994, based on 58 labor lawsuits from the Labor Court, 4th Region, 1st and 2nd Conciliation Board and Judgment, Passo Fundo / RS, among these stands out a collective action where the union represented 300 employees of the company. The text aims to raise the question about the contribution of the unions to the improvement of the working conditions of the claimants, since the company was closed in 1997.

KEYWORDS: Syndicate. Political history. Brahma brewery.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em tempos de mudanças e transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais, a história têm um relevante papel na dinâmica construção do futuro. Isso porque reúnem diferentes segmentos sociais, contribuindo com novas formulações, gerando oportunidades e, ainda, qualificando iniciativas de pesquisas. Com a intenção de colaborar com esse processo, construindo o debate teórico pelo viés econômico da política em relação ao trabalhador, pretende-se analisar o papel dos sindicatos no ambiente laboral da Cervejaria Brahma em Passo Fundo/RS nos anos de 1989 à 1994, a partir de 58 processos trabalhistas do Tribunal de Justiça do Trabalho, da 4ª Região, 1ª e 2ª Junta de Conciliação e Julgamento,

Passo Fundo/RS, entre esses destaca-se uma ação coletiva onde o sindicato representou 300 funcionários da empresa. O texto tem como objetivo levantar o questionamento sobre a contribuição dos sindicatos para a melhoria das condições de trabalho dos reclamantes, visto que a empresa foi fechada em 1997, já com uma nova configuração industrial, tendo substituído mais da metade dos funcionários por máquinas, ocasionando um impacto direto na vida dos trabalhadores e conseqüentemente na economia local.

Sabe-se que o contexto contemporâneo evidencia que há, de um lado, um tensionamento social, um movimento mundial com base nas revoluções tecnológicas que favorecem o aumento da capacidade humana de desenvolvimento, de progresso, de melhoria da qualidade de vida e, por outro lado, as conseqüências decorrentes de um novo modelo de organização social e da lógica que o capital assume em diferentes países, que restringem as possibilidades da maioria da população de realizar sua humanidade (SILVA JÚNIOR, 2017).

No Brasil há problemas face à reestruturação produtiva e aos efeitos e impactos da globalização nos diferentes setores econômicos, políticos e sociais, dentre os quais destacam-se os níveis de desemprego em alta, os quais contribuem para agravar as condições de vida do trabalhador.

O estudo está sendo orientado pelo método dedutivo (GIL, 2016), que pressupõe que o referencial teórico existente dos assuntos correlatos disponíveis serve de base para as considerações finais, configura-se numa pesquisa social aplicada desenvolvida no nível descritivo, orientada pela estratégia estudo de casos múltiplos, com abordagem quali-quantitativa dos dados. Na fase de organização e tratamento dos dados foi utilizado o software NVivo e análise de conteúdo de Bardin para os dados qualitativos e Análise histórico-jurídica dos processos. O universo de estudo e a amostra foi determinada a partir do estrato de relevância para a viabilidade e robustez da pesquisa. O estudo foi desenvolvido em fases que contemplaram a complexidade e particularidade de cada processo judicial. A aproximação do campo se deu por meio da pesquisa documental (Fase 1), seguido da realização análise das fontes (Fase 2).

2 | HISTÓRIA, POLÍTICA E OS SINDICATOS

Segundo René Rémond a renovação da história política foi feita à luz das especificidades históricas de um tempo, tempo esse caracterizado pelo aumento das atribuições do Estado e pelo desenvolvimento das políticas públicas demonstrando que a história política não se resumia ao Estado e suas instituições, mas que abrangia as massas e demais organizações da sociedade civil, ou seja, o Estado não é mais o fator determinante da história política mas um elemento entre várias facetas que atualmente compõem a história política.

Em um país com as relações trabalhistas e sindicais fortemente controladas pelo

Estado, reflexo da lógica de Getúlio Vargas, criador da Lei da Sindicalização (1931) e da CLT¹ (1943), a criação de sindicatos aumenta todos os anos. De acordo com o Ministério do Trabalho, há neste momento no Brasil um total de 16.431 sindicatos, sendo 11.257 de trabalhadores e 5174 de empregadores, fora as confederações, federações e centrais sindicais. Esse excessivo volume de sindicatos é sustentado pela “contribuição” (imposto) sindical, recolhida obrigatoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano, que deixou de existir e passou a ser uma facultada por parte do empregado a partir de junho de 2019, com a reforma trabalhista².

A planilha³ com a relação de todos os 16.906 sindicatos ativos do Brasil, elaborada pelo Ministério do Trabalho antes da extinção da pasta, para responder à Lei de Acesso à Informação (LAI), mostra que metade deles não está alinhado às centrais sindicais. São 8.204 entidades que, na base de dados do governo federal, aparecem nesta condição (48,5% do total).

Infelizmente não é possível saber quantos trabalhadores fazem parte de cada sindicato, pois a coluna em que esta informação deveria constar aparece em branco. Mas é possível saber quantos sindicatos estão filiados a cada central: 2.354 estão ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), 14% do total. Em segundo lugar está a Força Sindical, com 1708 (10,1%), seguida pela UGT – União Geral dos Trabalhadores (1.290, 7,6%), NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores (1.152, 6,8%), CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros (869, 5,14%), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (801, 4,7%), CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (172, 1%), Conlutas – Central Sindical e Popular (100, 0,59%) e outras 10 centrais, com menos de 99 sindicatos associados.

A base de dados levanta dúvidas sobre a qualidade da coleta dos dados pelo antigo Ministério do Trabalho, uma vez que os 16.906 sindicatos estão divididos em 10.588 categorias diferentes. Desta forma, é impossível, via Lei de Acesso à Informação, dimensionar a organização de determinada categoria profissional no país. Os vigilantes, por exemplo, aparecem em 73 categorias diferentes. Operários aparecem em 9, mas referências a “Indústria” surgem em 3.000 das categorias listadas. Apesar do grande número de sindicatos existentes, novas entidades não param de ser abertas em todo o país.

2.1 Historiorizando os sindicatos de acordo com a Constituição de 1988

Existe uma vasta literatura sobre a origem e o desenvolvimento da estrutura sindical no Brasil, com antigos e novos autores descrevendo uma longa sequência de eventos, ocorridos desde o início da década de 1930. Todos os autores afirmam que tal estrutura

1 Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei 5452/43 | Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943

2 Lei Nº 13.467, 13/07/2017 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

3 Cartas Sindicais concedidas de 2015 a 2018 - Pedido 46800001048201858 <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=675067&Web=88cc5f-44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3befRAE>

era um componente crucial de um tipo específico de Estado, que costumava lidar com os conflitos econômicos, sociais e políticos de uma maneira corporativa e autoritária⁴.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 8º o direito à livre associação profissional ou sindical, desde que observados alguns requisitos, como por exemplo a proibição de interferência ou intervenção do Poder Público na organização sindical. Outro exemplo é a não obrigação de nenhum profissional a filiar-se ou se manter filiado no sindicato de sua categoria. Um outro princípio aplicado à estrutura dos sindicatos brasileiros é a unicidade sindical. Ela determina que só pode existir uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, em uma mesma base territorial. A base territorial fica a critério dos trabalhadores (no caso dos sindicatos profissionais) ou empregadores (nos sindicatos patronais) interessados, mas não pode ser inferior à área de um município. O sistema sindical brasileiro possui uma organização bastante segmentada, sendo dividido em diversos níveis hierárquicos com funções que vão desde a proteção dos trabalhadores até a promoção dos setores econômicos do país. Essa hierarquia se divide em Sindicatos, federações, Confederações Nacionais e Centrais Sindicais. Os sindicatos protegem os direitos dos trabalhadores de uma categoria, negociando diretamente com os empregadores, seus interesses dizem respeito sobretudo a defesa de direitos e negociação salarial (CAMPOS, 2016).

As Federações são associações criadas para defender interesses comuns aos sindicatos que as compõem, podendo ser regionais ou nacionais e só podem ser criadas se reunirem o mínimo de cinco sindicatos de um mesmo setor, já as Confederações Nacionais constituem entidade formada pela reunião de pelo menos três Federações que representem um mesmo segmento. Seu papel vai desde a atuação em articulações políticas até a criação de projetos que promovam o desenvolvimento da sua área de atuação. Exemplos são a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC); Por último, existem ainda as Centrais Sindicais, com atuação similar à das Federações, mas representando os interesses de Sindicatos de diferentes segmentos. Outros pontos do sistema sindical é a diferença entre os sindicatos patronais e sindicatos profissionais. O primeiro é uma associação representante da categoria econômica, ou seja, das empresas e dos empregadores, e o sindicato profissional representa os interesses dos trabalhadores de determinada categoria profissional.

3 | O PAPEL DO SINDICATO NO CASO BRAHMA

Em 1947, a Cia. Cervejaria Brahma, com sede no Rio de Janeiro/RJ adquiriu a Cervejaria Serrana, transformando-a em Cia. Cervejaria Brahma, Filial de Passo Fundo/

4 Entre os antigos autores dessa literatura, é possível mencionar Abramo (1986), Maroni (1982), Martins (1989), Paoli (1985), Rodrigues (1979), Sader (1988), Simão (1966), Telles (1985) e Vianna (1976). Além disso, entre os autores novos, é possível nomear Boito Júnior e Marcelino (2010); Cardoso (1999; 2003; 2010); Druck (2006); Junckes (2010); Ladosky (2009); Ramalho (2014); Rodrigues (2015) e Rodrigues (1999).

RS. Desde aquela data, até os dias de hoje, a Brahma, como é chamada pela população, sofreu muitas transformações que influenciaram o desenvolvimento de Passo Fundo/RS. A partir da década de 1970 a Cia. Cervejaria Brahma deu início à informatização e modernizou a fábrica com a instalação de tanques de fermentação e maturação de cerveja, dando condições de produzir o famoso Chopp da Brahma e a cerveja Brahma Chopp.

Na década de 1980 inaugura a era da ecologia, e a Brahma, preocupada com o bem estar do meio ambiente, instala a sua estação de tratamento de despejos industriais, sendo a primeira a ser instalada na região, e a mudança se estende aos funcionários, instalando um moderno restaurante nas dependências da fábrica, sendo, também uma das empresas pioneiras, nesse tipo de benefício social na cidade (KNACK, 2013).

O início dos anos 1990 foram marcados pelas mudanças que sinalizavam melhores momentos para a economia, enunciado ao final do governo Sarney (1985 – 1990), enquanto reação à aprovação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, o enxugamento do Estado ganhou maior vitalidade com o governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992) sem contar que o Brasil precisava acabar com o principal problema econômico: a inflação e enfrentar a defasagem tecnológica da indústria problema que o governo Collor enfrentou propondo a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais, consubstanciadas no que ficou conhecido como Plano Collor.

A partir dessas mudanças a organização Brahma de Passo Fundo, desde o ano de 1947 veio crescendo e participando, ativamente, no processo de desenvolvimento da cidade, e para acompanhar esse processo de modernização nacional da economia da década de noventa, a empresa, passa a produzir, para todo o Rio Grande do Sul, a cerveja SKOL, suspendendo a fabricação da tradicional Brahma Chopp, cuja produção foi absorvida pela Filial Continental em Porto Alegre/RS depois de 45 anos de fabricação (FERREIRA, 2007).

Entretanto, essas novidades para alavancar a economia brasileira, não foram efetivadas, devido às acusações de corrupção e ao impeachment sofrido em 1991, o presidente Collor não pode levar adiante suas ideias, repercutindo no processo do caso Brahma, em que o Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Passo Fundo (STIA/PF) ingressa com ação de cumprimento contra a cervejaria na qualidade de substituto processual dos empregados da reclamada, e a defesa da mesma antes mesmo de responder a ação, alega:

[...] a reclamada julga prudente lembrar que o Brasil, hoje atravessa por uma das maiores crises econômicas de sua história. O caminho para se sair dela certamente implica em sacrifícios por parte de toda a sociedade; implica em renúncias por parte de trabalhadores, empresários e do Governo sem o que não será possível o entendimento e a retomada do crescimento nacional.⁵

5 Estado do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (1992). Processo trabalhista n. 430, Tribunal de Justiça do Trabalho da 4ª Região, 1ª e 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, Passo Fundo/RS, lote 256/2006, f. 38.

A crise econômica que o país vivia na década de 1990 era resultado das gestões do período da Ditadura Militar, seus impactos para a economia foram duros e, nesta década, o país sofria com o endividamento externo, uma inflação elevada que impactava diretamente no aumento do custo de vida para os trabalhadores, sendo nitidamente observado este aspecto no processo em tela, em que o sindicato cobra o cumprimento do Dissídio Coletivo da Categoria⁶ que contemplou inúmeras vantagens e estas não foram acatadas pela reclamada, entre elas correção salarial o aumento real.

Com tantos sindicatos no Brasil, é difícil não pensar no papel que essas representações desempenham em todos os âmbitos da sociedade. Ainda que sua principal atribuição seja representar seus associados nos mais diversos interesses trabalhistas, a atuação dos sindicatos não se limita a isso. Além dos interesses coletivos no âmbito profissional, as entidades sindicais também se preocupam com a condição social dos trabalhadores enquanto cidadãos, direcionando parte do seu trabalho também para questões extra profissionais. Depois de passar a maior parte dos anos 1990 enfraquecido, com poucas mobilizações sociais, o movimento sindical voltou a crescer a partir dos anos 2000.

Para os líderes do movimento sindical, o maior número de greves, paralisações, conquistas salariais e abertura de espaços institucionais mostra como o movimento tem recuperado o protagonismo de tempos passados, como no período do regime militar. De acordo com isso o cientista político e consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, afirma que o sindicalismo brasileiro tem adotado pautas amplas, como a luta pela mudança da política econômica e a campanha por mais recursos para a educação⁷.

Mas nem todos os especialistas pensam da mesma forma, José Dari Krein, ainda que o sindicalismo tenha crescido em número de mobilizações como greves e passeatas, sua importância não se efetivou em pautas mais gerais, o movimento sindical brasileiro tem mais força para vetar certas medidas, principalmente em função da sua interlocução com o governo, do que poder para impor uma agenda propositiva ao país. Krein ainda diz que os sindicatos obtiveram conquistas concretas, mas suas mobilizações gerais foram tímidas, não conseguem mobilizar a sociedade e o Congresso Nacional, não têm a capacidade de pautar uma agenda mais favorável ao trabalhador, mesmo num governo mais próximo, sendo uma evidência da perda de protagonismo (2015).

Foi neste contexto analisar o processo trabalhista, que tem como objetivo fazer cumprir um Acordo de Dissídio pela então Cia. Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS.

6 Ibidem, f. 03, TRT – RVDC 375/90

7 Como funcionam os sindicatos no Brasil? O que são os sindicatos? <https://www.politize.com.br/sindicatos-no-brasil-como-fucionam/>

4 I ANÁLISE DO PROCESSO TRABALHISTA N. 430/1992

O processo em tela faz parte de um conjunto de 58 processos judiciais trabalhistas movidos por funcionários da Cia. Cervejaria Brahma Passo Fundo/RS, entre os anos de 1989 à 1994 localizados no Arquivo Histórico Regional, e que servem de fontes para a pesquisa de tese que versa sobre a influência dos sindicatos no ambiente laboral da Brahma em Passo Fundo/RS e seu impacto econômico e político durante seu fechamento (1947-1997).

O que pode se corroborar no processo discutido, que o sindicato se mobilizou em uma ação coletiva solicitando o cumprimento de um dissídio para aproximadamente 300 funcionários, sendo esses efetivos, licenciados e desligados (durante o andamento do processo do dissídio) entretanto não conseguiu êxito, percebido no trecho do processo:

[...] a reclamada concorda com a suspensão temporária do feito pelas alegações do Sr. Expert, até por já haver decisões do Tribunal Superior do Trabalho, contrária àquela pelo Egregio 4º Regional Processo de Revisão de Dissídio Trabalhista invocado pelo autor⁸.

O sindicato não aguardou para que o então processo do Dissídio fosse aprovado para ingressar com uma ação exigindo o cumprimento pela reclamada, e também não fez a juntado de todas as autorizações dos funcionários, para que os representassem, gerando desgastes entre os funcionários, que foram abandonando a causa até a suspensão do processo todo e arquivamento.

[...] XXX, nos autos supra epigrafados, ação movida pelo Sindicato [...] contra a empresa Cia. Cervejaria Brahma vem mui respeitosamente perante V. Exa. Para dizer que expressamente RENUNCIA a todo e qualquer direito que possa ter nessa ação, eis que não autorizou o autor a falarem seu nome[...]⁹

O papel do sindicato no processo discutido não significou qualquer benefício ao trabalhador, apesar de estar presente na forma de pagamento mensal de contribuição em troca de representatividade em causas em que o trabalhador não possui seus direitos respeitados pelo empregador, não foi efetivo, não cumpriu seu objetivo.

Nos debates atuais o papel do sindicato tem aparecido frequentemente em meio às discussões sobre a reforma trabalhista (KREIN, 2018). Os sindicatos se financiam em grande parte com a chamada contribuição sindical (ou imposto sindical), criada na década de 1940, consiste numa contribuição obrigatória a todos os empregados sindicalizados e também aos que não são associados, já que estes também fazem parte de uma categoria profissional. Trata-se de uma contribuição equivalente a um dia do trabalho, descontado da folha de pagamento no mês de março. Também contribuem os empregadores, com alíquotas entre 0,02% e 0,8% do capital social da empresa. A contribuição sindical gera grande polêmica pelo fato de ter sido obrigatória até 2019, e ainda é questionada após

⁸ Ibidem, f. 70

⁹ Ibidem, f. 85

a reforma trabalhista, mesmo alguns sindicatos profissionais terem sido a favor de sua extinção. O secretário da Força Sindical, Sérgio Leite, estimou que o imposto financiou cerca de 50% das despesas de um sindicato médio, ou até 80% de sindicatos médios¹⁰.

Um outro tema bastante polêmico é a realização de uma reforma para modernizar os sindicatos. A reforma sindical entrou na agenda governamental durante a gestão do presidente Lula como uma proposta para modernizar a estrutura sindical em funcionamento desde 1931, após o Decreto 19.770 de Getúlio Vargas. Contudo, ainda que a proposta de reforma esteja em debate há tanto tempo, poucos avanços foram feitos em relação a ela. A necessidade de uma reforma sindical é defendida por especialistas com diferentes posições ideológicas, a realização de uma reforma trabalhista sem antes uma reforma sindical pode trazer a precarização do trabalho, pois as atuais falhas de representatividade dos sindicatos, que nem sempre estão efetivamente organizados, pode fazer com que negociações coletivas sejam feitas sem que a base de trabalhadores seja realmente ouvida.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes¹¹ também defende a realização de uma reforma sindical¹², que deveria ter sido antes da reforma trabalhista, não há dúvidas de que a estrutura sindical brasileira precisa ser revista para que os sindicatos no país sejam realmente representativos, destaca que metade dos sindicatos existentes no Brasil nunca firmou sequer uma convenção coletiva. Boa parte dos especialistas defende que a unicidade sindical limita a pluralidade de sindicatos e prejudica a representatividade.

Ainda assim, é preciso pensar como o fim da unicidade seria benéfico em um país que já apresenta um grande número de sindicatos. Campos discorre em seu estudo que considerando-se todos os atributos herdados da estrutura sindical que se mantiveram mesmo após a Constituição de 1988, há uma pergunta: estão os sindicatos aptos a desempenhar esses papéis, permitindo a ampliação de uma regulação mais contratual de trabalho, capaz de fomentar o bem-estar dos trabalhadores no futuro próximo, médio e remoto? (CAMPOS,2016). Os dados apresentados na sequência do estudo de Campos não trazem qualquer resposta, mas permitem alargar o escopo desta pergunta e, ao mesmo tempo, refiná-lo. De acordo com o cenário desenhado com o auxílio de alguns dados inéditos, hoje em dia, há milhares de sindicatos no Brasil, mas muitos deles com poucas condições de promover novas formas de regulação do trabalho.

5 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Pode-se observar nesta pesquisa que a partir do momento que homem se envolve numa relação de trabalho, onde de um lado há um trabalhador que oferece a sua força

10 Sem contribuição sindical obrigatória, caem pedidos de abertura de sindicato. <https://fsindical.org.br/imprensa/sem-contribuicao-sindical-obrigatoria-caem-pedidos-de-abertura-de-sindicato>

11 Ministro destaca produtividade na TRT. http://tst.jus.br/web/guest/noticia-destaque-visualizacao/-/asset_publisher/89Dk/content/id/25015690

12 Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 196/19 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/ccj-da-camara-aprova-admissibilidade-da-pec-da-reforma-sindical>

de trabalho e de outro lado há uma pessoa física ou jurídica que absorve essa força na forma de recurso humano, essa relação sempre foi conturbada face ao poder exagerado daquele que detém o poder de mando quer seja pelo privilégio da liderança do grupo ou fácil acesso ao recurso econômico, não existindo fórmula mágica possível para amenizar efeitos colaterais para ambos os lados (BOITO JÚNIOR, 1991; CAMPOS, 2016).

Desde que a revolução industrial reuniu os trabalhadores em volta da máquina arrebatando-os do trabalho artesanal, os mesmos se deram conta de que com o trabalho mecanizado era possível produzir um volume maior de produtos e serviços, mas também constataram diversos problemas e necessidades comuns. Na defesa de interesses surgem as primeiras formas de organizações sindicais que visam acima de tudo a defesa de uma determinada coletividade. O modelo de sindicato desenvolvido no mundo, ao longo de toda a história recebe influências dos regimes capitalista, socialista, comunista, traduzindo-se por correntes anarquistas, reformistas, cristã, corporativista, comunista (HOBSBAWN, 2011).

No Brasil as primeiras formas de organização dos operários brasileiros, a exemplo das sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam a auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis foram sucedidas pelas União Operárias, que, com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades, dando origem aos sindicatos. A revolução de 1930, no Brasil, marcou a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrializante (FRENCH, 2001).

A partir de então, foram constantes as transformações a que ficaram sujeitas as instituições de representação de classes trabalhadoras na busca de defender os interesses de uma sociedade cada vez mais exigente e ciente de seus direitos. Um ponto importante de se lembrar é a proposta do Projeto de Lei 5.483, de 2001, que propunha a alteração do art. 577 a 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que tratam do enquadramento sindical. Esse projeto estabelecia que as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevaleceriam sobre o disposto em lei, desde que não contrariassem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde no trabalho. Esse projeto teve sua tramitação interrompida em razão de aprovação, no Senado Federal, da Mensagem nº 78, de 2003, encaminhada pela Presidência da República, e que no atual governo, foi solicitada sua retirada (DIAS, 2012).

Como outra parte da literatura indica, para resolver esses problemas, talvez seja importante transformar a estrutura como um todo, alterando alguns dos seus aspectos históricos, a fim de obter sindicatos mais representativos e atuantes. Entre esses aspectos, talvez seja relevante modificar o custeio compulsório dos sindicatos, bem como a exclusividade de sua organização em um território local. De acordo com diversos autores, a combinação de ambos os mecanismos é um dos motivos por trás do aumento no número de sindicatos no Brasil, ano após ano, devido a disputas envolvendo os recursos financeiros da contribuição obrigatória. Outro aspecto que talvez possa ser modificado é o mandato

para a negociação coletiva, que é atualmente o monopólio dos sindicatos stricto sensu, com todos os problemas resultantes disso, incluindo-se restritos e frágeis acordos coletivos.

Na verdade, não parece fazer qualquer sentido evitar que outras entidades agregadas tenham mandato para negociar acordos coletivos mais amplos e robustos, um aspecto adicional que talvez possa ser modificado é a possibilidade de organização e mobilização dentro das empresas por meio de delegados sindicais, comissões de trabalhadores e outras maneiras. Historicamente, este é um assunto polêmico no Brasil, especialmente em meio aos empregadores, porém, é um tema crucial para debate, pois ele pode favorecer a negociação de acordos coletivos mais detalhados e adaptados às demandas dos trabalhadores nas empresas, e com isso evitar desastrosos eventos como o processo discutido.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T., HORKHEIMER, M.; **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro: Zahar, 1985

ABRAMO, L. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ALMEIDA, G. R. de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 54-64, 2007.

BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr Editora, 2006.

BOITO JÚNIOR, A. et al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BADIOU, A. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**, São Paulo: USP, 2008

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES. Base compilada pelo MTE (Versão de 2015). Brasília: CNES/MTE, 2015^a

CAMPOS, A. G. **Dilemas do trabalho**: sindicatos no Brasil hoje. In: KREIN, J. D. et al. (Org.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v. 1. p. 87-122, 2013.

_____. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

DIAS, C. A. **A história das organizações sindicais**. 2012. Disponível: <http://www.arcos.org.br/artigos/a-historia-das-organizacoes-sindicais/>

FALCON, F. **História e Poder**. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91, 1997.

FERREIRA, E. S.; Cervejaria Serrana, Continental e Brahma. In: **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**.Org. Osvandré Lech. Passo Fundo: Méritos, p. 148-150, 2007.

FRASE, P. **Four futures**: life after capitalism. London: Verso Books, 2016.

FRENCH, J. D. **Afogados em Leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 7-45

HOBBSBAWN, E. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre a história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2011

JULLIARD, J. **A política**. In: LE GOFF, J. e NORA, P (orgs.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 180-196, 1988.

KNACK, E. J. Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002. **Moussein**. Canoas, n. 14, abr. 2013

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, p. 77-104, 2018.

KREIN, J. D. As mudanças no sistema financeiro brasileiro e as estratégias da ação sindical: o caso dos sindicatos de São Paulo. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, p. 3, 2016

KREIN, J. D.; DIAS, H. R.; COLOMBI, A. P. F. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. Estudos Avançados (Online), v. 29, p. 121-135, 2015.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia política, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 33

RÉMOND, R. **Do político**. In RÉMOND, R.(org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 441-454.

SANTOS, J. B. R. Por uma história do político. **Varia hist.**, Belo Horizonte v. 28, n. 47, p. 445-448, June 2012

STREECK, W. "How will capitalism end?". **New Left Review**, 87 (1),p. 35-64.2014

THOMPSON, P. E. "Notes on exterminism, the last stage of civilization". **New Left Review**, 121 (1), 1980.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutor em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES). Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia – UNIMONTES e Coordenador Institucional do PIBID/CAPES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), Questões que norteiam a Geografia (2019), Espaço agrário em questão (2019), Debates Geográficos da Realidade Brasileira (2020), Atlas da Questão Agrária Norte Mineira (2020), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alemanha 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 156
Antropologia 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 24, 26, 65, 127, 170
Aprendizado 18, 32, 43, 44, 46, 80, 81, 86

C

Carimbó 7, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138
Cervejaria Brahma 8, 160, 163, 164, 165, 166
China 60, 61, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 157
Competências 7, 39, 42, 43, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91
Cultura 7, 1, 2, 3, 7, 8, 9, 11, 12, 17, 23, 24, 26, 29, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 79, 81, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 136, 137, 138, 146, 159, 170
Cultura hispânica 37
Cultura Popular 7, 103, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 137, 138

D

Democracia 54, 147, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159
Diálogo 7, 18, 26, 44, 45, 55, 69, 71, 102, 103, 110, 111, 112, 113, 148, 150, 152

E

Educação Escolar 1, 2, 3, 6, 13
Educação Indígena 1, 5, 7, 8, 10, 11, 13
Ensino-aprendizagem 5, 25, 31, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 90
Ensino de Sociologia 5, 6, 14, 15, 16, 24, 26
Ensino Médio Rural 6, 14
Espanhol 6, 27, 28, 29, 30, 33, 34
Espiritualidade 7, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 112, 113
Estado 6, 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 23, 24, 25, 37, 50, 56, 75, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 125, 127, 128, 138, 147, 148, 150, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164
Etnografia 6, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 26
Extremismo 8, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157

F

Formação de professores 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 20, 35, 40

Fundamentalismo 8, 147, 148

G

Garantias 7, 12, 115, 118, 122

H

Habilidades 32, 39, 42, 43, 46, 62, 64, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 133

História política 160, 161, 170

I

Identidade 6, 1, 24, 28, 29, 30, 39, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 65, 75, 76, 77, 79, 90, 117, 127, 129, 132, 138

J

Justiça 7, 48, 52, 117, 122, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 154, 155, 160, 164

Juventude 7, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 159

L

Liberalismo 147, 150, 156, 157, 158, 159

Liberdade religiosa 7, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125

Língua Espanhola 6, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Literatura 5, 6, 30, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 90, 162, 163, 168

M

Mediações Didáticas 14, 17

Mística 7, 139, 143, 144, 145

Modernidade 7, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 112, 113

Mulher Negra 75, 76, 79

N

Negociação 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 129, 149, 163, 169

O

Objeto de Aprendizaje 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34

Ordenamento jurídico 7, 115

P

Performances Culturais 126, 127, 134, 137

Prática Reflexiva 6, 37, 38, 39, 40, 46

Profeta-Escravo 7, 139, 142, 144, 145

Profeta-Servo 7, 139, 142, 144, 145

R

Religiosidade 7, 2, 103, 104, 108, 111, 113, 114, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134

Representatividade Afro 48, 57, 58

S

Sindicato 8, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Solidariedade 7, 48, 52, 139, 141, 142, 143, 144, 145

T

Tecnologías Digitales 27, 28, 30, 31, 33, 34

Transição Capilar 7, 75, 76, 77, 78, 79

U

Universidade 1, 22, 26, 27, 37, 60, 72, 73, 75, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 111, 113, 114, 138, 146, 147, 159, 169, 171

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS COMO PROTAGONISTAS NO MUNDO ATUAL 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021